

Reverendo conceitos: a unilateralidade da teoria crítica *versus* o hipertexto e a web 2.0

Maria Clara Aquino¹
mcjobst@uol.com.br

Resumo

O artigo parte de um resgate histórico da teoria crítica e do conceito de Indústria Cultural, apresentando autores opositores a determinados preceitos frankfurtianos, que irão fundamentar a crítica aqui proposta. Através de um retrocesso na história do hipertexto, pretende-se demonstrar que, com o retorno às formas iniciais desse tipo de escrita, a idéia de uma comunicação unilateral proposta pela teoria crítica atrofia-se, já que o hipertexto permite uma comunicação bilateral através dos meios eletrônicos. Para visualizar-se mais claramente esta argumentação, o novo contexto das páginas web, chamado de web 2.0, também será explorado neste trabalho.

Palavras-chave: teoria crítica, Indústria Cultural, hipertexto, cooperação, web 2.0.

Abstract

This paper begins with an historical review of the critical theory and the concept of the Cultural Industry, presenting authors who oppose to specific frankfurtian precepts, which will fundament the critical here proposed. Through a retrocess in hypertext's history, it's intended here to demonstrate that, with the return of the use of the initial forms of these type of writing, the idea of an unillateral communication proposed by the critical theory fails, since hypertext allows a billateral communication through electronic media. As an important part of this argument, the new context of the web pages, named web 2.0, will also be reffered in this paper.

Keywords: critical theory, Cultural Industry, hypertext, cooperation, web 2.0.

Introdução

A cibercultura vem sendo tema de discussão sob diversos aspectos, desde sua definição conceitual (FELINTO, 2005) até os impactos que causa às estruturas social, técnica, política, econômica e cultural da sociedade (WOLTON, 2003). A batalha é travada entre entusiastas e depreciadores das novas tecnologias digitais; essência deste novo contexto comunicacional onde a esperança de uma comunicação global se depara com o temor de um caos informático, de uma entropia de informações e até mesmo de uma dominação do homem pela máquina.

¹ Jornalista, mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista do CNPq. Telefones: (51)81573407 (53)32262103Endereço: Coronel Fernando Machado nº 984/1504 CEP: 90010-320 Porto Alegre-RS.

Frente aos meios massivos², dos quais trataram de teorizar a Escola de Frankfurt, a comunicação estabelecida através da Internet e dos novos meios digitais levanta alguns questionamentos quanto aos postulados de Adorno e Horkheimer e seu conceito de Indústria Cultural. A argumentação principal dos frankfurtianos fundava-se na unilateralidade dos meios de comunicação e sua capacidade de formulação do pensamento das massas através da produção de bens culturais. No entanto, não é nem mesmo necessário o surgimento da Internet para que se perceba que a teoria crítica havia equivocado-se em alguns momentos. Diversos autores (Thompson, 2002, 2004; Habermas, 1984; Kellner, 2001; Canclíni, 1999)³ refutaram as idéias de Adorno e Horkheimer e juntamente com o advento da Rede e das demais tecnologias digitais vieram fortificar a existência da possibilidade de uma comunicação bilateral. A forma de escrita praticada na Internet, o hipertexto, também requer uma revisão de pensamentos e torna-se neste trabalho um dos eixos principais de análise no momento em que é encarada como instrumento de viabilização dessa bilateralidade, se tomada como auxiliar de uma possível construção coletiva de conhecimento.

Ainda que tais apontamentos possam parecer suficientes para fundamentar a proposta de crítica à teoria crítica através de uma revisão de determinados preceitos e da possibilidade de construção coletiva de conhecimento através da escrita hipertextual, pretender-se-á aqui também apresentar algumas transições que a web vem sofrendo, para demonstrar, além da bilateralidade comunicacional proporcionada pelas novas tecnologias, a existência da cooperação através desses novos meios. É nesse sentido que aqui se falará no que vem sendo chamado de web 2.0 e que aponta novas formas de encarar a web. Resumidamente, o que se busca aqui é resgatar o histórico da teoria crítica e do conceito de Indústria Cultural, para então criticá-los com base em autores opositores destas premissas e na idéia de que as novas tecnologias abrem um caminho para a bilateralidade da comunicação e para a cooperação.

² Entende-se aqui como meios massivos os anteriores ao surgimento dos computadores, como a televisão, o jornal, o rádio e as revistas.

³ Tais autores e seus contra-argumentos à teoria crítica serão expostos ao longo do trabalho.

1. A Escola de Frankfurt e seus opositores

Ao longo dos anos a Escola de Frankfurt incluiu diversos autores na construção de seus posicionamentos, mas foi com Theodor Adorno e Max Horkheimer que a escola ofereceu sua mais importante colaboração aos estudos de comunicação. Em 1937, Horkheimer lança as bases da teoria crítica com a publicação de *A teoria crítica e a teoria tradicional* e em 1947, juntos, Horkheimer e Adorno publicam a *Dialética do Esclarecimento* onde irão criar o conceito de Indústria Cultural.

Adorno e Horkheimer (1985, p. 114) acreditavam que o modo de produção capitalista havia transformado os bens culturais em meros objetos de troca mercantil fazendo com que os indivíduos perdessem sua capacidade crítica em troca do seguimento das leis de mercado. Dessa forma, a produção da Indústria Cultural, submetida aos ditames capitalistas, coloca à disposição dos indivíduos algo que é sempre igual, determinando o que será consumido e deixando de lado tudo o que é novo e que pode acarretar alguma mudança no *status quo* da sociedade. Aqui já é possível ter uma prévia das diferenças advindas com a Internet, em função da vastidão e da diversidade de conteúdo que abarca.

Para Rüdiger (1999, p. 16,17) a expressão Indústria Cultural não se refere nem às empresas nem às técnicas de difusão de bens culturais, mas sim à configuração de um movimento histórico-universal que transforma a mercadoria em matriz de cultura, conseqüentemente a cultura em mercadoria. Assim, os produtos culturais deixam de se caracterizar como criações artísticas para fazer parte do contexto econômico; já os consumidores tornam-se parte de um complexo mercantil formado pelas corporações privadas e pelos meios de comunicação, que processa e molda a subjetividade dos indivíduos.

A produção da Indústria Cultural é considerada, por vários autores, como um encaixe perfeito ao sistema capitalista e Adorno e Horkheimer (1985, p.125) já pregavam a influência do sistema econômico no aumento do consumismo como forma de disseminar o esquema de padronização praticado pela Indústria Cultural. Rüdiger (1999, p. 93), ao versar sobre o capitalismo e a tecnologia, afirma que suas vindas promoveram o aumento do nível das condições de existência das pessoas, mas ao mesmo tempo as submeteu a uma vida cada vez mais complexa, anônima e mecânica.

O desvio da democratização da cultura ocorreu então, no momento em que a cultura, que deveria massificar-se quanto a sua distribuição, sofreu uma massificação de conteúdo. Uma produção em série de bens culturais incumbidos de gerar lucro e manter a situação dominante foi imposta aos indivíduos que acabaram dominados pelo poder alienante desses produtos.

As conseqüências da transformação da cultura em mercadoria, segundo Rüdiger (1999, p. 131 - 134), abalaram profundamente a formação da subjetividade dos indivíduos, pois, para ele, o entendimento dos frankfurtianos era de que a prática da Indústria Cultural provocava uma espécie de lavagem cerebral nas massas, mantendo-as num estado de falsa consciência.

Na medida em que a cultura passou a ser vista como um produto, a tecnologia ganhou uma importância muito grande e os indivíduos, sob o efeito do estímulo ao consumismo, passaram a consumir os meios e não mais os conteúdos de suas mensagens. O que ocorreu foi o crescimento da força e do desenvolvimento da Indústria Cultural.

Contudo, as teses frankfurtianas ganharam opositores. John Thompson, Douglas Kellner, Néstor García Canclíni e Jürgen Habermas questionaram alguns argumentos defendidos por Adorno e Horkheimer. Já no caso de Walter Benjamin, que publicou *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*, em 1936, antes de *Dialética do Esclarecimento*, sua discordância de Adorno e Horkheimer já era visível e é ele quem será posteriormente criticado pelos autores.

Benjamin vai criticar a divisão entre “alta” e “baixa” cultura proposta por Adorno e Horkheimer, além de ao contrário dos dois, acreditar que a difusão da cultura seria capaz de provocar a democratização do saber. A passagem do período burguês para o da sociedade de massa é marcada, para Adorno e Horkheimer, pela perda da aura da obra de arte (FREITAG, 1993, p. 75). Ao passo que Benjamin associa a idéia de “desaturatização” da obra de arte à de politização, Adorno e Horkheimer enxergam a reprodutibilidade técnica da obra como um desvirtuamento da obra que provoca a despolitização de seu destinatário (FREITAG, 1993, p. 76).

Benjamin (1992, p. 79) enxergava a reprodutibilidade técnica como mais uma forma de produção artística, na medida em que possibilitava o acesso da cultura a uma pluralidade de indivíduos. Ele via a possibilidade de reprodução como uma forma de atualização da

obra de acordo com o contexto em que era reproduzida. Tal posicionamento é aqui exaltado, já que ao falarmos em novas tecnologias a questão da reprodutibilidade vem à tona. Com a liberdade de emissão e navegação na Rede, o acesso à cultura ganha proporções antes inimagináveis⁴, sem contar na importância do contexto de produção e reprodução dentro de um cenário comunicacional descentralizado, no sentido dos seus mais diversos receptores.

Quanto à Habermas, sua crítica à Indústria Cultural surge quando sua idéia de esfera pública⁵ encontra-se atrofiada no momento em que o indivíduo torna-se condicionado aos moldes da indústria cultural, a qual atendia aos intuitos de dominação do público pelo Estado. Habermas (1984) analisa a formação de uma crise política em função do desinteresse da população pela ação política paralelo a destruição da cultura como um processo de emancipação e libertação, quando do momento de sua conversão em mero produto mercadológico (HOLHFELDT, 2001, p. 140).

A menção à Habermas é realizada aqui em caráter ilustrativo, comparando sua concepção de esfera pública com o ciberespaço, um ambiente propício para o debate entre os indivíduos; e é esse caráter coletivo que se quer enfatizar, neste texto, quando se fala na ocorrência de bilateralidade numa relação de comunicação através das novas tecnologias. É importante também destacar aqui a organização de movimentos sociais e políticos através das redes informáticas que poderiam ser considerados como uma esfera pública virtual, na medida em que se utilizam das redes para organizar ações (*smart mobs, flash mobs*)⁶.

Outro crítico de Adorno e Horkheimer é John Thompson (2002 e 2004), estudioso dos impactos das redes de comunicação e do fluxo de informação atuais, o que não configura o mesmo contexto histórico da Escola de Frankfurt, mas que, mesmo assim, permite realizar um comparativo entre os dois posicionamentos, já que ambos analisam o impacto dos meios de comunicação na formação de consciência.

A crítica de Thompson (2002, p. 287), que aqui mais nos interessa, refere-se ao termo “comunicação de massa”, um equívoco na sua opinião. Para ele, massa não significa a

⁴ Vide item 3 deste artigo.

⁵ Habermas (1984, p.126) embasa sua proposta de esfera pública no princípio da publicidade de Kant quando diz que o processo crítico deve ser realizado pelas pessoas privadas através de um raciocínio em público e em conjunto.

⁶ Para saber mais sobre Smart Mobs recomenda-se RHEINGOLD, Howard. *Smart Mobs: the next social revolution*. 2002.

quantidade de indivíduos que recebem as mensagens, mas sim o fato de que elas estão disponíveis para uma grande pluralidade de destinatários, os quais não podem ser considerados como um todo passivo, desprovidos de potencial crítico no momento da recepção dos produtos culturais. Assim, enquanto a Escola de Frankfurt defendia que o receptor dos produtos culturais era moldado para um processo de dominação, Thompson (2004, p. 31) acredita que os receptores possuem um potencial crítico ativo, o que impede que esta dominação seja exercida pelos produtos culturais⁷. Sua justificativa para esta argumentação é fundamentada no contexto histórico, no momento da recepção da mensagem, ou seja, cada indivíduo vai formular sua interpretação de acordo com o contexto histórico em que estiver inserido.

Dessa forma, ao passo que a escola da teoria crítica colocava os indivíduos como objetos da Indústria Cultural, Thompson os coloca como sujeitos com plena capacidade de discernimento. A importância que Thompson confere ao potencial crítico dos indivíduos é o centro deste trabalho, pois tendo como objetivo demonstrar a existência de uma comunicação bilateral, pressupõe-se fundamental a livre atuação de ambos os participantes dentro do processo comunicacional.

Douglas Kellner e Néstor García Canclini também criticam a questão da Indústria Cultural e seguem nessa mesma linha questionadora, refutando a prática de encarar os indivíduos como objetos de alienação. Apontando deficiências na teoria crítica, Kellner (2001, p.45) questiona o posicionamento da Escola de Frankfurt de considerar toda a cultura de massa como ideológica e manipuladora das massas, pois acredita que é necessário reconhecer o potencial crítico do público que frequentemente, segundo ele, seria capaz de produzir seus próprios significados para os produtos da Indústria Cultural. Para Canclini (1999, p. 45) é preciso acabar com a idéia de que os consumidores possuem comportamentos irracionais e que agem somente de acordo com princípios ideológicos. Novamente, a mesma premissa de que os indivíduos possuem um potencial de crítica é defendida e tomada aqui como argumento fundamental.

⁷ Devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja que absorve água (THOMPSON, 2004, p. 31).

O objetivo desse breve resgate teórico acerca da teoria crítica, do conceito de Indústria Cultural e dos opositores destes posicionamentos foi salientar, através dos críticos, a existência intrínseca da capacidade crítica dos indivíduos. A partir daqui foca-se o fato de que, nos meios de massa, a atividade desses receptores sobre o conteúdo que recebem é visivelmente inferior à possibilitada pelas práticas comunicacionais estabelecidas através das novas tecnologias, baseadas em hipertexto que configuram o ciberespaço. Não se pretende negar a existência de uma Indústria Cultural, tanto nas mídias de massa como na Internet, mas sim atentar para as possibilidades de bilateralidade comunicacional presente nesses novos meios digitais que vêm então desestruturar a unilateralidade dos meios massivos.

2. O hipertexto como instrumento de bilateralidade

Quando no início da década de 90 Pierre Lévy apresentou a idéia de inteligência coletiva, a Internet ainda não tinha o alcance que tem hoje, ainda que a web já existisse, tendo sido criada por Tim Berners-Lee em 1989. O *hipercórtex* imaginado por Lévy (1993), uma espécie de imaginário coletivo, tinha suas bases no hipertexto, na medida em que o autor visualizava o ciberespaço como um espaço livre, onde qualquer indivíduo seria capaz de navegar entre os conhecimentos. Mas Lévy (1996, p. 43), mesmo considerando o potencial de coletividade do tipo de escrita, não percebeu que a web ainda não permitia a construção de um hipertexto de forma coletiva, assim como suas práticas iniciais. Voltemos um pouco no tempo para entender os fatos.

O hipertexto não é de hoje, nem nasceu com a Internet. Burke (2002, p. 54) aponta os manuscritos da Europa Moderna como uma das primeiras manifestações hipertextuais, devido às alterações, inserções e até mesmo retiradas de partes dos textos pelos responsáveis pelas transcrições. Chartier (2002, p.14.) vai falar nas *marginalias* dos séculos XVI e XVII, que seriam anotações feitas nas margens das páginas pelos leitores dos livros da época e depois transferidas para um “caderno de lugares comuns” para que pudessem ser posteriormente consultadas. Em 1945, o hipertexto começa a ganhar forma com a proposição do Memex⁸, quando da publicação de *As We May Think*⁹, do físico e matemático

⁸ Imagem do Memex: <http://www.unicamp.br/~hans/mh/memex.html>

⁹ Artigo *As We May Think* na íntegra: <http://www.theatlantic.com/doc/194507/bush>

americano Vannevar Bush. Parecido com uma escrivadinha, o Memex nunca chegou a ser construído, mas seria um dispositivo para armazenar documentos de forma conectada e que possibilitasse a consulta a estes arquivos através do que Bush chamava de *trilhas associativas*, ou seja, da mesma forma que o pensamento humano, e não de forma linear, hierárquica, numérica ou alfabética. Mas, somente em 1965 o termo hipertexto é cunhado por Theodor Holm Nelson¹⁰ na proposta do Projeto Xanadu¹¹. Inspirado no Memex de Bush, o Xanadu também consistia num sistema de armazenamento de arquivos, cuja consulta igualmente se daria através da conexão entre os mesmos. Tanto no Memex quanto no Xanadu, a idéia de construção coletiva esteve presente, já que seus dois criadores idealizavam a interferência na edição dos documentos, assim como ocorria nas *marginalias* e nas transcrições dos manuscritos. Foi então que em 1989, Tim Berners-Lee cria a *World Wide Web* (www) e atrofia o potencial coletivo do hipertexto no momento em que somente os programadores das páginas podem modificar o conteúdo e inserir *links* nos hipertextos da web.

De volta a Lévy, a sua tese de formação de uma inteligência coletiva através do ciberespaço não está totalmente desconstruída com a afirmação de que o potencial coletivo do hipertexto foi atrofiado com o advento da web, mas sim, poderíamos dizer, que ele não percebeu a limitação que o hipertexto ainda possui. Certamente, o hipertexto praticado na web carece de adaptações para que atenda a suas formas originais, convirja com as características democráticas e as potencialidades cooperativas da Rede, inserindo seus usuários em sua construção e assim torne possível, ao menos, a tentativa de uma construção coletiva de conhecimento como idealiza Lévy.

Mas e a teoria crítica e a Indústria Cultural, onde entram nesse contexto? Simples. O capitalismo tratou de transformar a cultura em mercadoria, objeto da então Indústria Cultural, para aumentar o consumismo e ao mesmo tempo manter a divisão de classes e a predominância das idéias das classes dominantes¹². Os meios de comunicação, por sua vez, concentram-se nas mãos dessa classe dominante, que interessada em manter o *status quo*, adere às práticas da Indústria Cultural fabricando produtos padronizados e tolhendo a liberdade de escolha e de manifestação dos receptores. Conseqüentemente, a relação entre

¹⁰ Home page de Ted Nelson: <http://www.aus.xanadu.com/ted/tedpage.html>

¹¹ Página do Projeto Xanadu: <http://xanadu.com/>

¹² Assim como foi relatado no primeiro item deste artigo.

esses meios e seus públicos é basicamente unilateral, salvo limitados níveis de interação entre emissores e receptores desses meios (como um telefonema para uma rádio, uma carta para um jornal ou revista, que pode ou não ser pública ou uma escolha entre uma gama de opções pré-determinadas de um final de programa de televisão).

A crítica que se faz aqui não é quanto à existência ou não de uma Indústria Cultural, já que tal prática pode ser encontrada até mesmo na Internet, mas sim ao fato de que Adorno e Horkheimer cunharam este termo atrelado à premissa, aqui combatida, de que os receptores das mensagens midiáticas não possuem um potencial de crítica capaz de questionar o que é veiculado nos meios. Indubitavelmente é necessário, neste artigo, analisar o contexto de elaboração da teoria pelos autores, numa época em que não existiam as tecnologias de comunicação através do computador, ou seja, de acordo com os padrões comunicacionais da década de 30, não é de se espantar o pensamento formulado pelos dois.

Ainda que o contexto de hoje seja outro, as possibilidades oferecidas pelos meios digitais incitam uma reavaliação imediata dos pressupostos frankfurtianos, no momento em que apresentam a possibilidade de uma subversão a esta unilateralidade, ainda que se perceba a existência de alguns entraves.

Inicialmente, a questão da impossibilidade de manifestação dos receptores parece superada quando a Internet desloca os padrões de comunicação *um-muitos* para *um-um* e *muitos-muitos*. No entanto, logo se percebe a limitação dessa manifestação, já que nem sempre o internauta comum pode interferir na trilha hipertextual, ficando preso a mera navegação não-linear. Certamente não se pode comparar a diversidade de conteúdo disponibilizada na Internet (infinitamente maior e diversificada) com a veiculação dos meios massivos, mas a diferença fundamental só vai se perfazer no momento em que a Internet possibilitar o livre exercício do potencial crítico dos indivíduos e a prática de um *feedback* do conteúdo que recebem e/ou acessam, permitindo que interfiram na escrita hipertextual inserindo e/ou excluindo *links*.

Além da deficiência do hipertexto existem percalços tais como o que Cébrian (1999, p. 71 e 75) chama de “governo do ciberespaço” referindo-se ao comando pelos proprietários de *hardware* e *software*. Assim, da mesma forma que os usuários permanecem limitados quanto à sua atuação dentro da Rede, já que não podem modificar as

trilhas hipertextuais, permanecem também atrelados aos ditames dos donos de *hardware* e *software*.

Contudo, a esperança de uma comunicação bilateral ainda não morreu e as evidências de um trabalho de cooperação começam a ganhar força dentro de um contexto que transpira ares de resgate do ideal cooperativo que impulsionou o desenvolvimento da grande Rede. As modificações necessárias para o retorno do hipertexto com suas características de coletividade originais e um movimento de combate, através da cooperação, ao domínio do ciberespaço, vêm ocorrendo já há algum tempo e hoje são vistos como os representantes do que se tem chamado de web 2.0.

3. Novas práticas sugerem a revisão de conceitos

A Internet surge para garantir a segurança do fluxo de comunicação militar, mas a idéia de conectar computadores em forma de redes surgiu fora desse ambiente e antes que os cientistas percebessem a utilidade das redes para os militares¹³. O esforço acadêmico para o desenvolvimento da Rede foi beneficiado pela possibilidade de comunicação independente de localização geográfica e o rápido crescimento da Internet deve-se ao livre e aberto acesso aos documentos básicos, principalmente os protocolos, já que desde o início da ARPANET e da Internet a comunidade acadêmica de pesquisa preocupou-se em publicar idéias e resultados obtidos com os estudos das redes (AQUINO, 2005, p. 3, 4).

Outra importante contribuição para o avanço da Internet foi a ação dos *hackers*, que segundo Martins (2006, p. 1) “tiveram atuação decisiva na definição dos padrões da Comunicação Mediada por Computador, inundando a rede mundial de computadores com os valores da cooperação e da parceria”. Lemos (2002, p. 220 – 224) exalta o papel dos *hackers* na construção da Rede na medida em que seriam os responsáveis pelo nascimento da “informática para todos”, devido aos seus esforços em tornar livres as informações e democratizar o acesso às redes e aos computadores.

Então assim, a cooperação esteve presente desde o início da Internet, ainda que com as páginas web não ocorresse uma total construção coletiva devido à unilateralidade

¹³ Foi Licklider que em 1962 iniciou as discussões sobre a possibilidade de conectar computadores, relatando a importância da conexão dos computadores em redes para os pesquisadores do departamento de pesquisa de computador do DARPA, quando tornou-se gerente do mesmo. Convencido da importância salientada por Licklider, Roberts percebeu a utilidade da idéia dentro do DARPA e em 1967 tornou público seu planejamento da ARPANET (AQUINO, 2005, p. 3).

hipertextual. Mas o contraponto acabou vindo de outras partes. Os movimentos de *software* livre e código aberto e demais aplicações como as trocas P2P, blogs, fotologs, videologs, *softwares* de relacionamento, comunidades virtuais, fóruns de discussão, editores de texto coletivos, são alguns dos formatos já amplamente conhecidos que tem a cooperação como uma de suas características principais. O que vem demarcar uma espécie de resgate desse *background* cooperativo é essa nova denominação de web 2.0: uma nova forma de encarar a Internet, como uma plataforma, ou seja, tudo rodando no *browser*.

Tim O'Reilly (2005, online), fundador e CEO do *O'Reilly Media*, em *What is Web 2.0?* apresenta as características dessa nova web, mostrando que além de novos modelos de negócios, o novo cenário é construído pelos seus próprios usuários¹⁴. O'Reilly não despreza a importância do hipertexto e afirma que o *link* é a fundação da web, enaltecendo a importância da construção coletiva como o motor que faz a web avançar.

Hyperlinking is the foundation of the web. As users add new content, and new sites, it is bound in to the structure of the web by other users discovering the content and linking to it. Much as synapses form in the brain, with associations becoming stronger through repetition or intensity, the web of connections grows organically as na output of the collective activity of all web users¹⁵.

Antes mesmo de se falar em web 2.0 já apareceram esforços para a modificação da prática hipertextual e por isso não é possível estabelecer uma divisão exata entre o que pertence a um ou a outro período (web 1.0 ou web 2.0). Os projetos baseados na cooperação, que buscam inserir o usuário comum da Internet no processo de construção das páginas web representam a modificação, há muito necessária, do processo de escrita hipertextual.

A Wikipedia pode ser vista como um dos mais fortes exemplos dessa readaptação hipertextual, já que se constitui numa enciclopédia online construída abertamente por qualquer usuário da Internet, que pode incluir e editar verbetes modificando não só seus conteúdos como seus *links*, inserindo-os e/ou excluindo-os. Os blogs surgem como uma possibilidade de manifestação individual que posteriormente torna-se coletiva à medida em

¹⁴ O que enfraquece a idéia de “governo do ciberespaço” de Cébrian, já que mesmo antes da denominação web 2.0, já existiam projetos de softwares livres.

¹⁵ Tradução da autora: O hiperlink é a fundação da web. Assim como os usuários adicionam novos conteúdos e novos sites, isto é limitado na estrutura da web por outros usuários descobrindo o conteúdo e linkando para o mesmo. Mais do que formas de sinapses no cérebro, com associações tornando-se mais fortes através da

que surgem as *webrings*¹⁶ através dos blogs e também dos comentários, ou seja, os anéis diários de interações entre os blogueiros e seus leitores que lêem seus *posts* mutuamente e assim comentam dentro dos blogs, também inserindo *links* nesses comentários e criando um espaço de livre manifestação e discussão, ou melhor, uma comunicação visivelmente bilateral. O crescimento do jornalismo online e hoje do chamado jornalismo *open source*, onde projetos como o Omhy News¹⁷, o Wikinews¹⁸, o Slashdot¹⁹, hoje ultrapassado pelo Digg²⁰, transformam o cidadão comum em produtor de notícias, trazendo à tona a questão da liberação do pólo emissor provocada pelo surgimento da Internet. *Softwares* relacionais como o Orkut²¹ e o MySpace²², que agregam milhões de pessoas que podem compartilhar interesses comuns através das diferentes formas de trocas de mensagens dos sistemas. O YouTube²³ e o Flickr²⁴, espaços para publicação e compartilhamento de vídeos e fotos, respectivamente, nos quais as pessoas possuem espaços de comunicação bilateral, podendo estabelecer relações sociais através da publicação de seus arquivos. O Del.icio.us²⁵, sistema no qual figura o chamado “*social bokkmarking*”, pois permite o armazenamento, a publicação e o compartilhamento dos bookmarks²⁶ de um usuário. Além, destes, existem os *softwares* utilitários que hoje são feitos para rodarem na web, sendo a maior parte deles de código aberto, o que já caracteriza o caráter cooperativo em torno de seu desenvolvimento, pois as pessoas irão usar e aperfeiçoar ao mesmo tempo, de acordo com suas necessidades e ainda discutir através de comunicação mediada por computador, o desenvolvimento desses programas. Os exemplos não param por aí e aqui seria inviável listar todos.

O valor que o hipertexto adquire nesses espaços é extremamente alto, pois cooperação certamente vem atrelada com conexão e o que faz as pessoas conectarem os conteúdos é de fato a escrita hipertextual, através dos *links*. De que adianta uma ferramenta para

repetição ou intensidade, a web de conexões cresce organicamente como uma saída da atividade coletiva de todos os usuários da web (O'Reilly, 2005, online).

¹⁶ RECUERO, Raquel. Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais. 2002. Disponível em: <http://www.pontomidia.com.br/raquel/webrings.pdf>.

¹⁷ <http://english.ohmynews.com/>

¹⁸ http://en.wikinews.org/wiki/Main_Page

¹⁹ <http://slashdot.org/>

²⁰ <http://digg.com/>

²¹ <http://www.orkut.com>

²² <http://www.myspace.com/>

²³ <http://www.youtube.com/>

²⁴ <http://www.flickr.com>

²⁵ <http://www.delicious.com>

construção coletiva onde o usuário pode apenas navegar? O que os usuários querem é interferir e é essa possibilidade que mais vem ganhando espaço no desenvolvimento desses projetos.

Ao fim de “*What is Web 2.0?*” O’Reilly enumera sete princípios da web 2.0, dos quais três merecem destaque, para que possamos traçar a relação do hipertexto com esse novo contexto que se forma na web: a) *Control over unique, hard-to-recreate data sources tha get richer as more people use them*²⁷; b) *Trusting users as co-developers*²⁸; c) *Harnessing collective intelligence*²⁹ (O’REILLY, 2005, online).

Com o advento desses sistemas e ferramentas que possibilitam uma escrita efetivamente coletiva via hipertexto, como a Wikipedia, inicia-se a passagem da web 1.0 para a web 2.0 e finalmente podemos visualizar as possibilidades de uma construção coletiva que nos remete exatamente aos três princípios descritos acima: a) Quanto mais pessoas utilizarem o hipertexto, podendo modificar seu conteúdo e incluir novos *links*, mais ricas de informação serão as páginas; b) A construção coletiva do hipertexto coloca todos como co-desenvolvedores, praticamente anulando a escrita individual nesse contexto; c) O aumento do uso aliado à co-participação no desenvolvimento do hipertexto propicia a formação de uma inteligência coletiva. Assim, o hipertexto da web 2.0 atenderia então aos preceitos de coletividade propostos por Ted Nelson e Bush e já visualizados nos manuscritos e *marginalias*.

Nesse momento em que se pode dizer que a Internet e suas tecnologias já não são mais tão novas e que esse ambiente de cooperação vem avançando cada vez mais, retornemos então ao questionamento inicial do artigo. Com o vasto leque de opções de manifestação, de participação, de espaços de interação, não seria a Internet o meio mais propício para derrubar o conceito de Indústria Cultural, ou então ao menos incitar a revisão de determinados posicionamentos frankfurtianos? A argumentação principal dos frankfurtianos, mencionada aqui inicialmente, que fundava-se na unilateralidade dos meios de comunicação e sua capacidade de formulação do pensamento das massas através da produção de bens culturais deve ser reavaliada frente às novas possibilidades de

²⁶ Boomark: lista de *sites* favoritos de um internauta.

²⁷ Tradução da autora: “Controle original excedente, difícil de recriar as origens dos dados que tornam mais ricos quanto mais pessoas as usarem”.

²⁸ Tradução da autora: “Confiar nos usuários como co-desenvolvedores”.

²⁹ Tradução da autora: “Aproveitar a inteligência coletiva”.

comunicação trazidas com a Internet. Ao considerarmos a existência intrínseca do potencial crítico dos indivíduos, ao contrário dos frankfurtianos, suas teses caem por terra com o surgimento de ambientes virtuais que permitem o livre exercício da crítica dos receptores, que, além disso, podem fazer o papel de emissores ao interferirem na rede hipertextual, publicando conteúdos e incluindo e/ou excluindo *links*.

Retomando os autores anteriormente citados pode-se observar não uma revolução, como diriam alguns otimistas da cibercultura, mas uma alteração das relações de comunicação entre emissores e receptores, uma transição de um processo unilateral para um bilateral. A opinião dominante entre a bibliografia consultada no item 1 é a da existência plena da capacidade crítica dos receptores. O problema aqui levantado era o de que nos meios massivos a externalização desse potencial crítico era atrofiada em função de uma comunicação unilateral. No entanto, a situação muda de figura quando através da Internet os indivíduos ganham instrumentos que permitem veicular conteúdo, além de contestar, criticar, opinar a respeito não só do conteúdo veiculado na Rede, mas também do que recebem dos meios massivos, sendo essa atividade possibilitada através da interferência nos hipertextos da web. Sem negar a prática da indústria cultural, no que diz respeito a uma produção padronizada, seja nos meios massivos ou nas novas tecnologias digitais, ainda que a reprodutibilidade tenha ganhado proporções antes inadmissíveis, não se pode desviar a atenção do fato de que os indivíduos são seres dotados de crítica a qual pode ser externalizada hoje através de uma comunicação que finalmente encarna um processo relacional, já que a bilateralidade começa a se fazer então presente.

Considerações finais

A evolução dos meios e do hipertexto demonstra a necessidade de reavaliar algumas propostas teóricas da comunicação para que, assim, possamos nos adaptar aos novos meios e então partirmos para a construção de novos aportes teóricos que amparem os estudos sobre os meios digitais que povoam cada vez mais o espaço comunicacional.

O trabalho de expor e argumentar acerca das premissas frankfurtianas, do hipertexto e ainda das novas práticas na web 2.0 exige certamente um aprofundamento maior acerca de cada tema, no entanto o objetivo aqui foi apenas o de chamar a atenção para as

modificações que ocorrem com a utilização das novas tecnologias digitais e que conseqüentemente demandam uma revisão conceitual e teórica.

Como se disse ao longo do texto, a cooperação sempre foi o *background* da Internet e mesmo com alguns percalços do caminho, seus usuários, seus adoradores e seus construtores vêm desde os primórdios da grande Rede lutando para manter esse caráter coletivo que a faz crescer ao redor do mundo, ou melhor, pelo mundo, que a constrói em conjunto.

Bibliografia:

1. ADORNO; Horkheimer. **Dialética do Esclarecimento**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1985.
2. AQUINO, Maria Clara. **A História da Internet e a Influência dos Contextos Militar e Acadêmico: competição e cooperação na criação da Rede**. In: 14º Congresso de Iniciação Científica da Universidade Católica de Pelotas. Ciência e Consciência 2005.
3. AQUINO, Maria Clara. **A Teoria Crítica e o Hipertexto: Uma Crítica ao Conceito de Indústria Cultural Baseada na Possibilidade de Construção Coletiva de Conhecimento através da Escrita Hipertextual**. Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo – Escola de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas. 2005
4. BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Relógio D'água Editores, 1992.
5. BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2003.
6. BUSH, Vannevar. **As We May Think**. 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>
7. CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
8. CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2002.
9. CEBRIÁN, Juan Luis. **A rede – como nossas vidas são transformadas pelos meios de comunicação**. São Paulo: Summus, 1999. Disponível em: http://www.pesquisando.atravesda.net/quao_interativo_hipertexto.pdf.
10. CHARTIER, Roger. **Os Desafios da Escrita**. Unesp. São Paulo, 2002
11. FELINTO, Erick. **Os computadores também sonham? Para uma teoria da cibercultura como imaginário**. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/index.php?e=3&s=30&a=619>
12. FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica Ontem e Hoje**. Editora Brasiliense. 4º edição. São Paulo, 1993.
13. HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1984.

14. HOHLFELDT, Antônio (org). **Teorias da Comunicação, Conceitos, Escolas e Tendências**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2001.
15. KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru/SP, EDUSC, 2001.
16. LEMOS, André. **Cibercultura – tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Editora Sulina. Porto Alegre 2002.
17. LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Editora 34. São Paulo, 1993.
18. LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual?**. Editora 34. São Paulo, 1996.
19. O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0? Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. 2005. Disponível em: <http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>
20. RECUERO, Raquel. **Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais**. 2002. Disponível em: <http://www.pontomidia.com.br/raquel/webrings.pdf>.
21. RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e Teoria Crítica na Sociedade – Adorno e a Escola de Frankfurt**. Edipucrs. Porto Alegre, 1999.
22. THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia**. Editora Vozes. 6º edição (publicado originalmente em 1995). Rio de Janeiro, 2004.
23. WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?**. Editora Sulina. Porto Alegre, 2003.